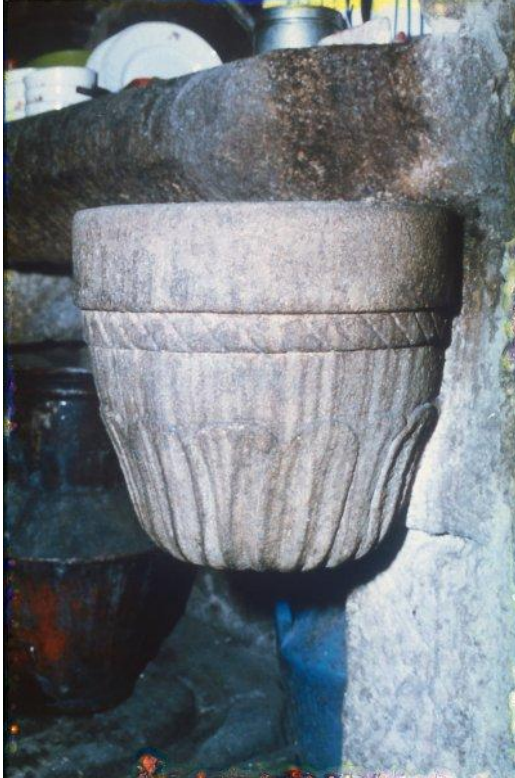


## INDICADORES DE ROMANIZAÇÃO E DA IDADE MÉDIA

Miguel Monteiro (1996),  
Migrantes, Emigrantes e Brasileiros,  
Territórios, itinerários e trajectórias,  
Braga, Universidade do Minho



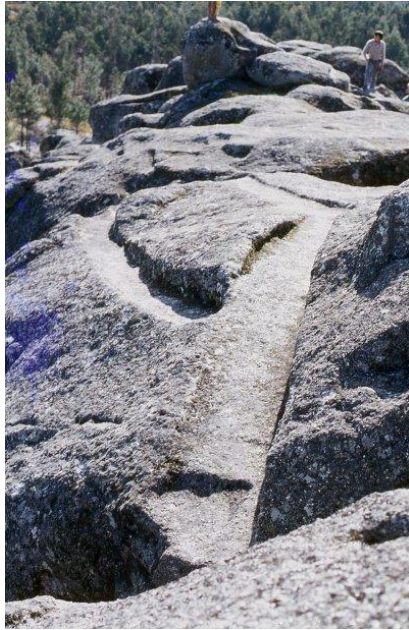
Designação: Vaso decorado  
Localização: Casa Particular - Vila Cova  
Datação:  
Data: 2005  
Foto: Miguel Monteiro



Designação: Sepulturas antropomórficas  
Localização: Cerca da Paixão - São Gens  
Datação: Século IX (?)  
Data: 2005  
Foto: Miguel Monteiro

Na toponímia da freguesia de Fafe, para além dos achados romanos do castro de Santo Ovídio, os lugares rurais da Quintã, Agra, Agrela demonstram sinais de uma evidente romanização.

A existência em quase todas as freguesias do concelho de topónimos como: Cimo de Vila, Fund' Vila, Vilar, Vilarelho, Vilela, Vilard'oufe, Vilarinho demonstram estar relacionados com a **ocupação romana**.



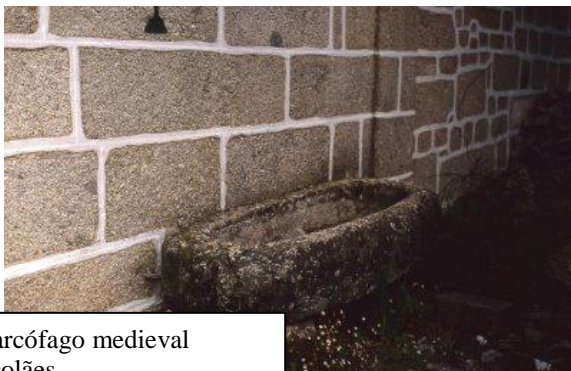
Designação: Atalaia  
Localização: Alto de Santinhos - Quinchães  
Datação: Século V (provável)  
Data: 2005  
Foto: Miguel Monteiro



Designação: Sepulturas antropomórficas  
Localização: Estorãos  
Datação: Século IX (?)  
Data: 2005  
Foto: Miguel Monteiro

Henrique Regalo refere, na prospecção feita no concelho, em trabalho de levantamento arqueológico, a existência de Castelos, **Fortificações e Atalaias**, nomeadamente em Quinchães, Moreira, São Gens, que evidenciam uma utilização dos inícios da Idade Média, em período de grande instabilidade administrativa e indefinição territorial.

Segundo Carvalho da Costa, terá aqui existido um mosteiro que foi extinto para se unir ao de Santa Marinha da Costa, passando a ser tutelado por esta entidade religiosa e senhorial que passa a nomear o responsável religioso, e a receber as correspondentes contribuições provenientes da população.



Designação: Sarcófago medieval  
Localização: Golães  
Datação: Século IX (?)  
Data: 1993  
Foto: Miguel Monteiro



Designação: Sepulturas  
Localização: Igreja Matriz - Fafe  
Datação: Século XIII  
Data: 2005  
Foto: Miguel Monteiro

*«Santa Eulália, foi Mosteiro, não alcançamos de que Ordem, entendemos que foi fundado por algum fidalgo dos do apelido Fafez; porque dizem ser este o solar desta família, e que daqui foi senhor Dom Godinho Fafes, filho de Dom Fafes Luz, Rico homem, e Alferes do Conde Dom Henrique, e que esta Vila, e Freguesia tomaram dele o nome: extinguiu-se não sabemos quando, e uniu-se ao Mosteiro de São Martinho da Costa, que nele apresenta Cura, com noventa mil Réis de rende, e para os Frades Jerónimos com sabidos mil cruzados. Tem esta freguesia cento e cinquenta vizinhos, e nela há excelente pedra para edifícios.»* <sup>[1]</sup>



Documentos do século XV, confirmam a ligação de freguesia de Santa Eulália de Fafe ao convento da Costa e do seu aforamento a Inês Gomes:

*«Em 9 de Abril de 1437, Frei Diogo Martins assumiu as funções de capelão e vigário de Santa Vaia Antiga, na actual Vila de Fafe, para que tinha sido apresentado pelo prior e todo o convento da Costa.*

*É de notar que esta igreja estava aforada a Inês Gomes, pesando sobre ela a obrigação de lhe dar "de comer segundo que he contheudo em prazo".*

*Por não serem abundantes as notícias sobre o estipêndio anual recebido pelos clérigos, consideramos oportuno informar que, além do que Inês Gomes tinha de lhe dar como alimentação, receberia ainda: 30 libras de moeda antiga; teigas de trigo, tiradas "do trigo que o dicto prior e convento aviam d'aver da dicta egreja"; ficando ao seu dispor a casa maior da dita igreja, cujas reparações necessárias corriam por conta de Frei Diogo Martins ou Inês Gomes.»* <sup>[2]</sup>

Estando Fafe tão próxima da importante cidade medieval de Guimarães, não podia estar afastada das suas preocupações de defesa do seu castelo, como referente e símbolo de identidade de uma nação construída na Idade Média.

Por isso, os cavaleiros e os homens livres da terra de Montelongo tinham honra e privilégio de defesa do Castelo e da Vila de Guimarães.

*«Dos Privilégios, Honras, & Isenções, que os Reys de Portugal concederão aos moradores da Villa de Guimaraens.[...]*

*Privilégio delRey Dom Joaõ o Primeiro, em que manda que os moradores da Villa de Celorico de Basto, & Monte Longo venhaõ velar, & guardar a esta Villa, quando for tempo, & necessário no anno de 1423. está confirmado por ERey Dom Joaõ o Terceiro anno de 1529. & já d'antes destes Reys o tinha concedido ERey Dom Diniz, & disto ha sentenças no Cartório, & assim as justiças de Guimarães os compelliraõ a isso.».*<sup>[3]</sup>



Designação: Sepulturas  
Localização: Igreja Matriz - Fafe  
Datação: Século XIII  
Data: 2005  
Foto: Miguel Monteiro



As construções tumulares existentes no interior da Igreja Matriz de Fafe testemunham a sepultura de Cavaleiros laicos e/ou religiosos da Idade Média. Este facto prova-nos que Fafe era já um local onde residiam Senhores que tutelariam a administração local e compunham uma estrutura e organizativa da sociedade. No século XVIII, a Igreja de Fafe, sofre uma profunda remodelação, conforme o gosto da época, certamente, devida ao ouro do Brasil, como aconteceu, de resto em todo o norte do País.



Contam-se ainda na freguesia de Fafe, como principais referências religiosas do século XVIII, XIX e primeira década do séc. XX, as capelas de Santo Ovídio, situada no Outeiro do Castro; a capela de São José no lugar de São José e a de Pardelhas; as capelas particulares do Senhor do Porto, integrada na Casa do Paço, (lugar do Barroco) propriedade de Dona Maria da Luz Bettencourt Vasconcelos Correia e Ávila, Condessa de Paço Vieira; a capela de Nossa Senhora do Carmo, integrada Casa Brasona do Santo Velho, propriedade de Manuel Maria de Brito Ferrari de Almeida e seu irmão António Manuel e a capela particular de São Bento, integrada na Casa Brasonada dos condes de Azevedo, tendo sido um dos últimos proprietários Estevão Maria de Barbosa Carneiro de Queiroz de Azevedo e Borbom.



As capelas particulares que apresentam a fachada principal virada para o exterior e se encontram ajustadas ao corpo do edifício residencial dos seus proprietários, compram a prestação do serviço religioso aos não familiares, prática já desaparecida.

<sup>[1]</sup> Costa, António Carvalho da, *Corografia Portuguesa*, Tomo I, Lisboa, 1706, p.157

<sup>[2]</sup> Marques, José, *Arquidiocese de Braga no Séc. XV*, Lisboa, Imprensa Nacional-C. M., 1988, p.755.756

<sup>[3]</sup> Costa, António Carvalho, *Corografia Portuguesa*, Tomo I, 2ª ed., Lisboa, 1868, p.90.